

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019

(Do Sr. Patrus Ananias e Valmir Assunção)

Requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública desta Comissão para debater a contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação, Bahia.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública desta Comissão a ser realizada no município de Santo Amaro da Purificação (Bahia), com o objetivo de debater os casos de contaminação por chumbo pela população santoamarense. Para tanto sugiro que sejam convidados representantes das seguintes entidades e órgãos públicos:

1. Sr Raimundo Konmannanjy- Presidente da AVICCA (Associação das Vítimas por Contaminação por Chumbo, Cadmio, Mercúrio e outros elementos químicos)
2. Sra Fábbya Reis - Secretária de Promoção da Igualdade Racial do estado da Bahia
3. Sr Fábio Vilas Boas – Secretário de Saúde do estado da Bahia
4. Sr Fernando Carvalho: Professor da Universidade Federal da Bahia
5. Representante da Associação Nacional Cultura de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU).
6. Representante da Prefeitura de Santo Amaro da Purificação
7. Representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
8. Representante do Ministério Público Federal
9. Representante do MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração
10. Representante do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

### JUSTIFICAÇÃO

O requerimento é um pedido do deputado Valmir Assunção PT-BA que pede a ajuda desta comissão para o debate a seguir. O município de Santo Amaro da Purificação-Bahia manteve intensa atividade de extração metalúrgica de chumbo entre os anos de 1956 e 1993. A empresa Plumbum-Mineração e Metalurgia Ltda. produziu entre 11.000 e

32.000 toneladas de chumbo por ano e gerou um passivo ambiental que vem sendo estudado desde a década de 70. Conforme pesquisas já realizadas, resíduos típicos desta atividade constituem-se principalmente de óxidos de Si, Ca, Fe, Zn, Pb e S, contendo traços de Cd, As, Sb, Co e Cr.

A pesquisa de mestrado de Thaynara Rabelo, defendida na UFBA em 2010<sup>1</sup>, mostra que esses resíduos foram dispersos sem controle na atmosfera numa extensa área no entorno da chaminé da fábrica, contaminando os solos da região numa magnitude que traz danos tanto do ponto de vista de saúde humana quanto do meio ambiente.

A fábrica foi fechada em 1993, mas os casos de contaminação ainda permanecem. O estudo de Rabelo afirmam que as concentrações de chumbo e cádmio no solo tendem a decair à medida que os pontos de coleta para avaliação da dispersão atmosférica se distanciam da chaminé da fábrica, mas que há altos níveis de contaminação detectados no eixo que passa ao longo da área urbana, fato relacionado à utilização do resíduo industrial (escória) para pavimentação de ruas e aterro de quintais.

É preciso lembrar que diversos operários da fábrica contraíram doenças provocadas pelo contato com o chumbo e que foi com o material venenoso que a Prefeitura de Santo Amaro pavimentou boa parte da cidade. As ruas estão calçadas, asfaltadas, mas, em qualquer área pavimentada, dá para ver os resíduos do chumbo. Segundo a Universidade Federal da Bahia, isso contribuiu muito para a contaminação de 18 mil pessoas. Não menos importante, comunidades tradicionais e trabalhadores/as rurais também reclamam de efeitos à saúde, fruto da contaminação por chumbo.

Em 2014, a empresa foi condenada a pagar indenização diante da comprovação dos casos de contaminação diante do descarte inadequado do chumbo. Segundo o MPF, a condenação determina que a mineradora cerque a área da antiga fundição e a zona circunvizinha sujeita à contaminação; que instale placas de advertência indicando riscos de contaminação; tenha um quadro de vigilantes para cobertura da área para repelir invasores, além de instalar área alagadiça para evitar migração da escória depositada para o leito do Rio Subaé. A sentença decide ainda que 10% do faturamento bruto da empresa, de 1989 a 1993, seja pago como indenização. No entanto, há denúncias de que a indenização até hoje não foram pagas.

Com a audiência pública, pretendemos não só atualizar este debate, como encontrar junto ao poder público soluções para a população santoamarense que ainda convive sob o risco de contaminação, mas também para atender a demanda de diversos atingidos que ainda esperam a sua reparação. Conto com o apoio dos nossos pares para que o debate seja realizado.

**Sala da Comissão, em de maio de 2019.**

Patrus Ananias  
Deputado Federal PT/MG

Valmir Assunção  
Deputado Federal PT/BA

---

<sup>1</sup> Para conferir o estudo: <http://www.ppec.ufba.br/site/publicacoes/estudo-da-contaminacao-remanescentes-de-chumbo-e-cadmio-no-municipio-de-santo-amaro-ba>